



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the initials 'AP' and 'AN'.

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2020

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2020, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 3.282.659,22 € de despesa paga e um total de 4.478.468,72 € de receita cobrada), no Balanço (que evidencia um total de ativo de 29.784.009,82 € e um total de fundos próprios de 18.421.621,46 €, incluindo um resultado líquido de 339.206,36 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade;
 - e) a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

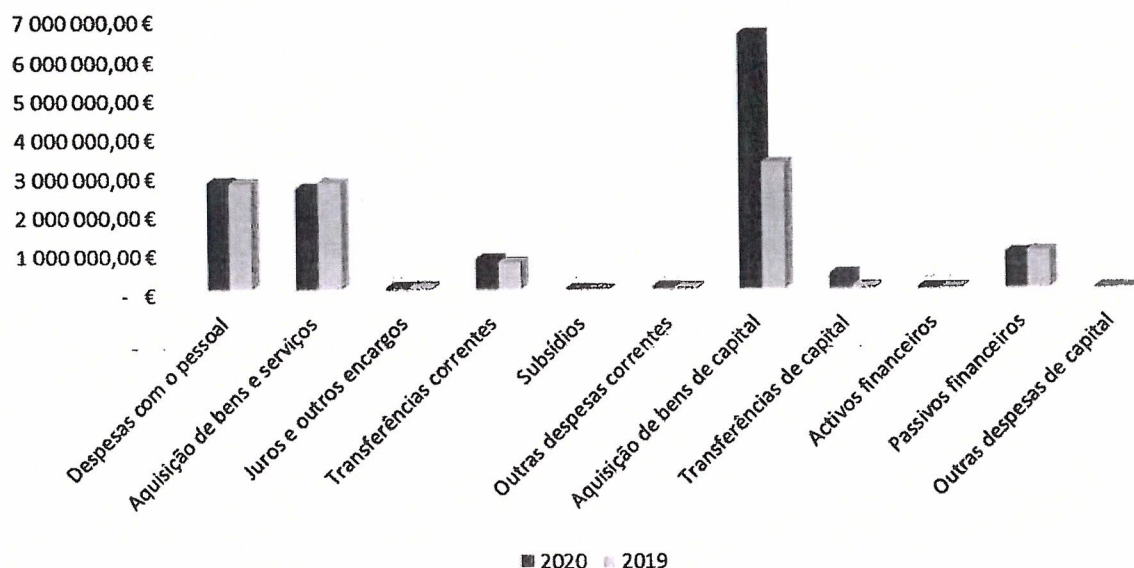
ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efectiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Jun 20	Grau Exec. Jun 19	Grau Exec. Dez 19
Cl.	Designação									
01	Despesas com o pessoal	2 731 250,00	2 501 937,66	229 312,34	91,60%	1 197 217,73	1 534 032,27	43,83%	47,09%	97,76%
02	Aquisição de bens e serviços	2 578 984,97	1 862 022,74	716 962,23	72,20%	680 669,01	1 898 315,96	26,39%	32,74%	76,18%
03	Juros e outros encargos	42 600,00	37 562,79	5 037,21	88,18%	16 393,19	26 206,81	38,48%	34,41%	83,38%
04	Transferências correntes	766 035,03	596 428,76	169 606,27	77,86%	337 656,31	428 378,72	44,08%	34,37%	86,14%
05	Subsídios	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
06	Outras despesas correntes	56 000,00	48 956,50	7 043,50	87,42%	28 047,66	27 952,34	50,09%	67,79%	82,51%
DESPESAS CORRENTES		6 174 870,00	5 046 908,45	1 127 961,55	81,73%	2 259 983,90	3 914 886,10	36,60%	39,43%	86,68%
07	Aquisição de bens de capital	6 510 068,02	1 063 285,29	5 446 782,73	16,33%	645 806,94	5 864 261,08	9,92%	5,59%	23,63%
08	Transferências de capital	384 000,00	28 157,39	355 842,61	7,33%	23 157,39	360 842,61	6,03%	27,79%	93,15%
09	Activos financeiros	13 394,50	0,00	13 394,50	0,00%	0,00	13 394,50	0,00%	50,00%	100,00%
10	Passivos financeiros	900 000,00	900 000,00	0,00	100,00%	353 710,99	546 289,01	39,30%	36,78%	98,65%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
DESPESAS DE CAPITAL		7 807 462,52	1 991 442,68	5 816 019,84	25,51%	1 022 675,32	6 784 787,20	13,10%	13,11%	42,59%
TOTAL DE DESPESAS		13 982 332,52	7 038 351,13	6 943 981,39	50,34%	3 282 659,22	10 699 673,30	23,48%	28,75%	68,81%

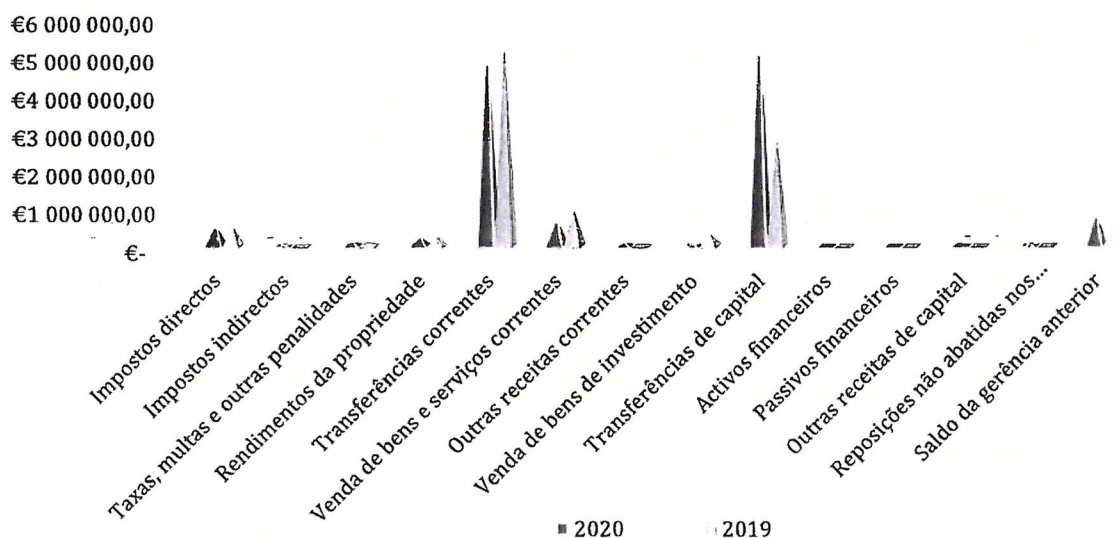
Orçamento da Despesa - N Vs. N-1



Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida		Jun 20	Jun 19	Dez 19
1	Impostos directos	532 217,31	272 369,77	-259 847,54	51,18%	81,08%	126,18%
2	Impostos indirectos	523,12	212,16	-310,96	40,56%	101,77%	245,19%
4	Taxas, multas e outras penalidades	124 034,92	20 340,05	-103 694,87	16,40%	53,22%	108,82%
5	Rendimentos da propriedade	240 200,00	113 265,15	-126 934,85	47,15%	46,79%	93,78%
6	Transferências correntes	5 543 512,15	2 590 902,22	-2 952 609,93	46,74%	45,88%	93,51%
7	Venda de bens e serviços correntes	718 062,00	88 001,06	-630 060,94	12,26%	26,36%	53,50%
8	Outras receitas correntes	81 029,09	3 021,42	-78 007,67	3,73%	0,00%	250,58%
	RECEITAS CORRENTES	7 239 578,59	3 088 111,83	-4 151 466,76	42,66%	45,69%	91,29%
9	Venda de bens de investimento	20 500,00	0,00	-20 500,00	0,00%	41,25%	59,62%
10	Transferências de capital	5 866 667,00	534 870,00	-5 331 797,00	9,12%	27,11%	40,36%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	RECEITAS DE CAPITAL	5 887 167,00	534 870,00	-5 352 297,00	9,09%	28,51%	42,25%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%	612,00%
16	Saldo da gerência anterior	855 486,89	855 486,89	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	855 586,89	855 486,89	-100,00	99,99%	99,97%	100,17%
	TOTAL DE RECEITAS	13 982 332,48	4 478 468,72	-9 503 863,76	32,03%	42,12%	76,85%

Orçamento da Receita - N Vs. N-1

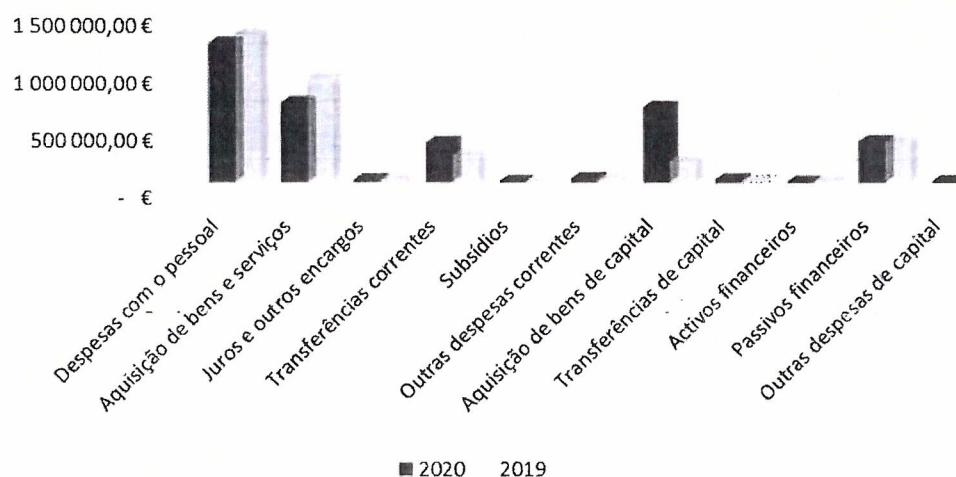


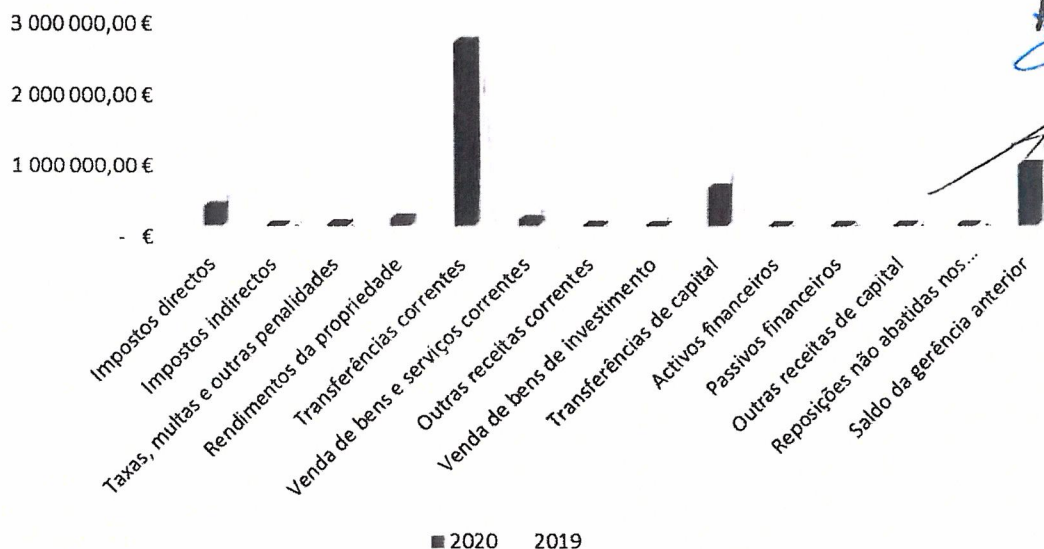
Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rátios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Receita total / Despesa total	136,43%	146,48%	63,63%	65,85%
Receita corrente / Despesa corrente	136,64%	131,13%	61,19%	63,17%
Receita capital / Despesa capital	52,30%	160,16%	26,86%	55,62%
Despesa Pessoal / Despesa Total	36,47%	42,28%	35,55%	36,35%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	20,74%	29,67%	26,46%	31,77%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	19,67%	5,98%	15,11%	9,15%
Serviço da Dívida / Despesa Total	10,78%	11,59%	12,79%	14,17%
Receitas próprias / Despesa Total	41,21%	41,21%	19,22%	18,53%
Transferências recebidas / Despesa Total	95,22%	105,28%	44,41%	47,33%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,50%	0,76%	0,53%	0,81%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rátios de estrutura da receita	jun/20	jun/19
Receitas próprias / Receita total	30,20%	28,13%
Transferências recebidas / Receita Total	69,80%	71,87%





5/13

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2020, verifica-se que a execução das despesas correntes ascende a 36,60% (contra 39,43% verificados em junho de 2019) e a execução das despesas de capital foi de 13,10% (contra 13,11% em junho de 2019). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 50,34% (contra 63,96% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 81,73% (81,85% em junho de 2019) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 25,51% (37,75% em junho de 2019) da dotação existente. Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 23,48%, diminuindo cerca de 5,27 p.p. comparativamente ao seu período homólogo anterior, cuja execução ascendeu a 28,75%.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 43,83% (contra 47,09% em igual período do exercício anterior), valor superior ao balizado para o período. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 26,39% (32,74% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 72,20% (77,96% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 44,08%, situando-se ligeiramente abaixo do expectável para o período em análise, mas acima dos 34,37% verificados em junho de 2019.

De referir que as rubricas de "despesas com pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado cerca de 39,18% e 48,49% da despesa paga no semestre em análise, respetivamente.

Globalmente, o grau de execução da despesa corrente, apresentou valores abaixo do expectável para o período do ano (teoricamente, e se considerarmos a execução da despesa de forma linear ao longo do ano, deveriam rondar uma taxa aproximada de 50%). De referir que, o grau de execução da despesa corrente (36,60%) apresentou um decréscimo de 2,83 pontos percentuais quando comparado com o período homólogo do ano transato.

No que se refere à execução do orçamento de despesas de capital, importa referir que se verificou uma ligeira diminuição de 0,01 pontos percentuais, quando comparado o semestre em análise com igual período do ano anterior. Com um grau de execução de 13,10%, os valores apresentados ao nível da execução orçamental desta componente da despesa são relativamente baixos para o período em análise, dado que as despesas de capital deveriam (ainda que teoricamente) rondar os 50,00%.

Esta situação resulta dos seguintes factos:

- Ao nível da rubrica orçamental "07 - Aquisição de bens de capital" verifica-se que as sub-rubricas "viadutos, arruamentos e obras complementares (construções diversas)", "Instalações desportivas e recreativas", "Lares de 3ª Idade" e "Outros – Edifícios" (entre outras de menor valor) com as dotações corrigidas 252.000,00€, 28.000,00€, 54.200,00€ e 208.811,00€, respetivamente, ainda não iniciaram a execução financeira, entre outras de menor valor;
- As sub-rubricas, "investimentos em instalações de serviços," "investimentos em escolas", e "Outras construções diversas" apresentam execuções de: 2,78%, 0,66%, 4,04% e 1,43%, respetivamente;
- No que diz respeito à rubrica "08 - Transferências de Capital", o grau de execução, situado nos 6,03% deve-se em grande parte à sub-rubrica "freguesias" que ainda não iniciou a execução financeira e que apresenta uma dotação corrigida de 335.000,00€.
- Ao nível da rubrica "09 - Ativos Financeiros", com uma dotação corrigida de 13.394,50€, constata-se que, não se verificou qualquer montante de despesa paga no semestre em análise;
- Quanto à rubrica "10 - Passivos Financeiros", constata-se que a única sub-rubrica "Empréstimos a médio e longo prazos" apresenta uma dotação de 900.000,00€, sendo a execução verificada de 39,30%.

Assim, conclui-se que, de uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado essencialmente pelo menor desempenho de execução das despesas de capital.

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução orçamental é inferior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 32,03% contra 42,12% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 9,09% contra os 28,51% verificados em igual período do ano anterior. A execução das receitas de capital encontra-se aquém do que seria esperado para o período decorrido, situação que ficou a dever-se essencialmente à não obtenção de receitas relacionadas com a comparticipação comunitária em projetos co-financiados, cuja previsão para o período foi de 4.364.728,00€, sendo que, a sua execução financeira ainda não se iniciou.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental próximo do valor expectável para o semestre e próximo do apresentado em igual período do ano anterior, ainda que tenha regredido 3,04 p.p. (42,66% no período em análise, sendo 45,69% em junho de 2019). Para o efeito, contribuiu essencialmente o desempenho ao nível das transferências correntes (apresentam um grau de execução de 46,74% (45,88% em junho de 2019), com especial incidência nos montantes recebidos relativos ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro – 2.111.921,36€), Fundo Social Municipal (FSM – 65.586,00€), Participação fixa no IRS (65.904,00€) e "Transferência de Competências (Lei 50/2018) – Serviços e Fundos Autónomos" (238.066,27€). A comparticipação do FSE em projetos cofinanciados com o Estado Português, cuja dotação corrigida ascende a 460.000,00 €, não apresenta qualquer execução no semestre. Esta situação muito contribui para que a execução da rubrica de "transferências correntes" seja inferior a 50%, fixando-se em 46,74%. Note-se que, as receitas com as transferências correntes representam cerca de 58% da receita cobrada líquida total e cerca de 84% das receitas correntes.

Relativamente à rubrica de taxas, multas e outras penalidades, o grau de execução orçamental verificado decresceu face ao valor verificado em igual período do ano anterior (16,40% no semestre em análise, contra 53,22% em junho de 2019). Este desempenho é consequente da rubrica "saneamento", com uma receita cobrada líquida de 8.166,40€ para uma previsão corrigida de 84.5178,78€, sendo o grau de execução apresentado de 9,66%. Note-se que, com a criação das "Águas do Interior Norte EIM, S.A." no final do ano 2019, foram delegados nessa entidade os serviços de "Abastecimento público de água para consumo humano" e "Saneamento de águas residuais urbanas", contudo, na preparação do orçamento do ano 2020 não se teve esse facto em consideração, por haver alguma incerteza quanto ao desfecho de toda a operação que envolvia a criação e o modo de funcionamento dessa nova entidade.

No que diz respeito aos rendimentos de propriedade (relativos a rendimentos provenientes da concessão à EDP) verifica-se que a execução orçamental é de 47,15%, semelhante ao mesmo período do ano anterior, quando a execução foi de 46,79%.

Quanto à rubrica de "Venda de bens e serviços correntes", verifica-se uma execução de 12,26%, decrescendo 14,10 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2019, período em que a execução foi de 26,36%. Esta situação resulta da baixa execução das rubricas de "Venda de água", "resíduos sólidos" e "Outros serviços específicos das Autarquias", cujas previsões foram de 178.562,00€, 250.000,00€ e 170.000,00€, tendo as execuções no período analisado ascendido a 7,16%, 5,00% e 7,09%,

respetivamente. O motivo para o grau de execução das rubricas de “venda de água” e de “resíduos sólidos” serem baixas, resulta da delegação desses serviços a partir de 1 de janeiro de 2020, às “Águas do Interior Norte EIM, S.A.”.

8. Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 136,64% quando em igual período do ano anterior havia sido de 131,13%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 61,19% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 63,17%. As receitas correntes são superiores em 828.127,93€ às despesas correntes na ótica da despesa paga e, as receitas correntes são inferiores em 1.958.796,62 € às despesas correntes com base na ótica da despesa comprometida.

Na ótica da despesa paga, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, até junho de 2020, em 52,30% e em 160,16% até junho de 2019. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2020 as despesas de capital encontravam-se cobertas apenas em 26,86% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2019 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 55,62%, o que significa que, as receitas de capital foram inferiores às despesas de capital em 487.805,32€ na ótica da despesa paga e inferiores em 1.456.572,68€ na ótica da despesa comprometida.

9. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2020, identifica-se um ligeiro acréscimo face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.241.861,36€ em junho de 2019 para 1.352.696,50€ em junho de 2020 (mais 110.835,14 €). Esta variação, está essencialmente relacionada com o acréscimo do saldo de gerência, que ascendia em junho de 2020 a 855.486,89€, sendo 300.860,89 € em junho de 2019. Assim, na ótica da despesa paga, as receitas próprias passaram a representar 41,21% da despesa total, sendo exatamente o mesmo valor apresentado em igual período do ano anterior. Por sua vez, na ótica da despesa comprometida, as receitas próprias ascendiam a 19,22% em junho de 2020 e a 18,53% em junho de 2019.

10. A despesa comprometida até 30 de junho de 2020 mostrou-se superior em 2.559.882,41€ em relação à receita cobrada, quando em junho de 2019, a despesa comprometida foi superior à receita cobrada em 2.289.200,30€. De referir ainda que, as receitas próprias representam 30,20% da receita total, quando em igual período do ano transato representavam 28,13%. Quanto às transferências recebidas (correntes e de capital) representam no semestre em análise 69,80% da receita total obtida, sendo 71,87% no período homólogo de 2019.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Rendimentos		Jun/20	%	Jun/19	%	Variação 2020 Vs. 2019		Peso na Estrutura Proveitos	
Cl.	Designação					Valor	%	Jun/20	Jun/19
70	Impostos, contribuições e taxas	311 969,14	8,86%	416 959,72	12,20%	-104 990,58	-25,18%	8,86%	12,20%
71	Vendas	0,00	0,00%	67 761,90	1,98%	-67 761,90	-100,00%	0,00%	1,98%
72	Prestações de serviços e concessões	219 664,87	6,24%	276 198,10	8,08%	-56 533,23	-20,47%	6,24%	8,08%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	2 658 449,22	75,47%	2 299 618,37	67,28%	358 830,85	15,60%	75,47%	67,28%
76	Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
78	Outros rendimentos	332 362,00	9,44%	357 428,54	10,46%	-25 066,54	-7,01%	9,44%	10,46%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DE RENDIMENTOS		3 522 445,23	100,00%	3 417 966,63	100,00%	104 478,60	3,06%	100,00%	100,00%

Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Gastos		Jun/20	%	Jun/19	%	Variação 2020 Vs. 2019		Peso na Estrutura Custos	
Cl.	Designação					Valor	%	Jun/20	Jun/19
60	Transferências e subsídios concedidos	333 959,57	10,49%	221 472,64	6,94%	112 486,93	50,79%	10,49%	6,94%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	44 396,55	1,39%	77 689,77	2,43%	-33 293,22	-42,85%	1,39%	2,43%
62	Fornecimentos e serviços externos	820 129,12	25,76%	788 127,39	24,69%	32 001,73	4,06%	25,76%	24,69%
63	Gastos com o pessoal	1 307 873,86	41,09%	1 310 263,82	41,04%	-2 389,96	-0,18%	41,09%	41,04%
64	Gastos de depreciação e de amortização	645 382,68	20,27%	738 975,66	23,15%	-93 592,98	-12,67%	20,27%	23,15%
65	Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
67	Provisões do período	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
68	Outros gastos	15 092,90	0,47%	28 005,16	0,88%	-12 912,26	-46,11%	0,47%	0,88%
69	Gastos por juros e outros encargos	16 404,19	0,52%	27 800,06	0,87%	-11 395,87	-40,99%	0,52%	0,87%
TOTAL DE GASTOS		3 183 238,87	100,00%	3 192 334,50	100,00%	-9 095,63	-0,28%	100,00%	100,00%

12. A estrutura de proveitos apresenta um crescimento de 104.478,60 € (3,06%) face a igual período do ano anterior, relacionado essencialmente com o aumento da rubrica de “transferências e subsídios correntes obtidos”, tendo esta rubrica crescido 15,60% (358.830,85 €). Por sua vez, os rendimentos obtidos resultantes de “impostos, contribuições e taxas” decresceram 25,18% (-104.990,58€), as “vendas” e as “Prestações de serviços e concessões” decresceram 100,00% (-67.761,90 €) e 20,47% (-56.533,23 €), respetivamente. Note-se que, com a aplicação do SNC-AP, as transferências obtidas que sejam consideradas transferências de capital deixaram de ser reconhecidas nos proveitos passando a ser registadas numa conta “59 - outras variações no património líquido”, integrando diretamente o património líquido do Município. Por esse motivo, o resultado do período comparativo apresentado neste relatório que ascende a 225.632,13 €, é 389.982,00 € inferior ao apresentado no relatório de informação financeira do 1º semestre de 2019 do Município de Murça, que ascendia a 615.614,13 €.

13. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se uma diminuição de 9.095,63 € (correspondente a -0,28%) face a junho de 2019. Apesar da semelhança entre períodos, verificou-se uma variação importante na rubrica de "Transferências e subsídios concedidos", que ascendeu a 333.959,57 €, quando em igual período do ano anterior se fixava nos 221.472,64 € (correspondente a um aumento de 50,79%). Em sentido contrário, os "Gastos de depreciação e amortização", calculados tendo por referência os ativos depreciables à data de 30 de junho de 2020, decresceram 93.592,98€, ou seja, 12,67%), fixando-se nos 645.382,68 €, em resultado da transferência das infraestruturas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais para as "Águas do Interior Norte EIM, S.A.".

Analisando a rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos", constata-se um crescimento de 32.001,73€ (4,06%), representando 25,76% do total de custos incorridos no 1º semestre de 2020 (representava 24,75% no período homólogo de 2019). No quadro abaixo, detalhamos as principais variações ocorridas nesta rubrica:

Conta	Designação	30 de junho		Variação	
		2020	2019	Absoluta	%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	820 129,12 €	788 127,39 €	32 001,73 €	4,06%
621	Subcontratos e parcerias	100 073,28 €	33 456,35 €	66 616,93 €	199,12%
622	Serviços especializados	159 096,49 €	134 639,28 €	24 457,21 €	18,16%
6221	Trabalhos especializados	29 532,99 €	50 531,68 €	- 20 998,69 €	-41,56%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	2 200,45 €	6 926,62 €	- 4 726,17 €	-68,23%
6223	Vigilância e segurança	- €	1 402,20 €	- 1 402,20 €	-100,00%
6224	Honorários	26 670,50 €	46 503,50 €	- 19 833,00 €	-42,65%
6225	Comissões	7 470,81 €	10 058,30 €	- 2 587,49 €	-25,72%
6226	Conservação e reparação	93 221,74 €	19 216,98 €	74 004,76 €	385,10%
623	Materiais de consumo	131 294,45 €	229 910,19 €	- 98 615,74 €	-42,89%
624	Energia e fluidos	197 434,55 €	99 833,48 €	97 601,07 €	97,76%
6241	Electricidade	122 984,41 €	64 028,57 €	58 955,84 €	92,08%
6242	Combustíveis e lubrificantes	74 450,14 €	35 804,91 €	38 645,23 €	107,93%
625	Deslocações, estadas e transportes	561,10 €	111 075,16 €	- 110 514,06 €	-99,49%
626	Serviços diversos	231 669,25 €	179 212,93 €	52 456,32 €	29,27%
6261	Rendas e alugueres	36 090,36 €	42 123,75 €	- 6 033,39 €	-14,32%
6262	Comunicação	13 564,28 €	22 443,29 €	- 8 879,01 €	-39,56%
6263	Seguros	7 092,37 €	20 354,79 €	- 13 262,42 €	-65,16%
6265	Contencioso e notariado	398,47 €	750,00 €	- 351,53 €	-46,87%
6266	Despesas de representação dos serviços	802,16 €	1 414,55 €	- 612,39 €	-43,29%
6269	Outros serviços	173 721,61 €	92 126,55 €	81 595,06 €	88,57%

Ainda em análise à estrutura de custos, verificaram-se decréscimos nas restantes rubricas quando comparadas com o mesmo período de 2019. Nomeadamente o "Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas", que reduziu 42,85% (correspondente 33.293,22 €); os "Outros gastos" (decréscimo de 12.912,26€, representando -46,11%) e os "Gastos por juros e outros encargos" que apresentaram uma diminuição de 40,99% (-11.395,87 €), fixando-se nos 16.404,19 € no período em análise. Os "Gastos com pessoal", em junho de 2020, apresentaram também uma redução de 0,18% (-2.389,96 €) quando comparados com o seu período homólogo de 2019.

14. Tendo em consideração os valores acima referidos e as explicitações efetuadas, o resultado do período ascende a 339.206,36 €, superior aos 225.632,13 € verificados em igual período do ano anterior, considerando os motivos referidos no ponto 12 acima.

15. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, sobretudo para as situações de menor relevância contabilística. Contudo, é de salientar a correta aplicação de critérios ao nível da especialização dos exercícios, relativamente às rubricas de maior significado.

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Designação	jun/20	%
Devedores por transferências e subsídios	3 008 175,95	75,24%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	113 703,48	2,84%
Estado e outros entes públicos	111 949,88	2,80%
Outras contas a receber	764 498,96	19,12%
Total corrente	3 998 328,27	100,00%
Total não corrente		
TOTAL DE CONTAS A RECEBER	3 998 328,27	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Designação	jun/20	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	96 622,05	2,52%
Fornecedores	382 296,79	9,97%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	63 336,75	1,65%
Financiamentos obtidos	546 289,01	14,25%
Fornecedores de investimentos	44 726,33	1,17%
Outras contas a pagar	518 747,74	13,53%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%
Total corrente	1 652 018,67	43,08%
Financiamentos obtidos	2 180 729,29	56,87%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	2 103,98	0,05%
Total não corrente	2 182 833,27	56,92%
TOTAL DE CONTAS A PAGAR	3 834 851,94	100,00%

17. O valor de dívidas a receber ascende aos 3.998.328,27 € e são provenientes, maioritariamente de transferências e subsídios a receber (3.008.175,95 €, ou seja, correspondente a 75,24% as dívidas de terceiros para com o Município de Murça, sendo referente a participações a obter de fundos comunitários em resultado de projetos de investimento).

18. O valor global das dívidas a pagar no final do primeiro semestre ascende a 3.834.851,94 €, muito por conta dos financiamentos obtidos, que representam 71,11% (2.727.018,30 €) do total de contas a pagar. Por

sua vez, as "Outras contas a pagar" representam 13,53% (518.747,74 €) da dívida total, sendo referente a remunerações a liquidar e outros acréscimos de gastos e a dívida a fornecedores e fornecedores de investimentos ascende a 427.023,12 € e representa 11,14% da dívida total do município.

A dívida de curto prazo fixou-se nos 1.652.018,67 €, correspondente a 43,08% do total de contas a pagar. Sendo a dívida de médio longo prazo de 2.182.833,27 €, correspondendo a 56,92%.

19. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), verifica-se que:

- a) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- b) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- c) Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2020 ascendiam a 1.160.056,01 €.

Viseu, 14 de setembro de 2020

O Revisor Oficial de Contas
Assinado por: **RICARDO FILIPE MACIAS
CARVALHO**
Num. de identificação: BI120057298
Data: 2020.09.14 11:50:00+01'00'



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267